

O IMPERIALISMO NA AMÉRICA DO SUL EM TEMPOS DE GOLPISMO: DIÁLOGOS BRASIL E VENEZUELA SOBRE RESISTÊNCIA E ATAQUES AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Cláudio Eduardo Félix dos Santos¹
Paulina Elena Villasmil Socorro²

RESUMO

Na América do Sul a aurora do século XXI foi marcada pela reação popular que, em maior ou menor grau de organização, reivindicavam um basta às políticas neoliberais. Não por acaso, as eleições de governos com uma plataforma de defesa dos direitos e das nações, foram vitoriosas em alguns países sul-americanos, como foi o caso do Brasil nos governos Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016) e da Venezuela nos governos Chávez (1999 a 2013) e Maduro (de 2013 – aos dias atuais). O objetivo deste texto é analisar a situação política da história recente brasileira e venezuelana tomando como referência o conceito de imperialismo e seus desdobramentos nos ataques aos direitos dos trabalhadores e à educação pública. O artigo é resultado de diálogos políticos e pesquisas acadêmicas entre os autores que reconhecem a dificuldade de analisar situações tão complexas no calor dos acontecimentos. Todavia, as reflexões aqui apresentadas visam a contribuir com o conjunto das análises em curso acerca da problemática do imperialismo e das lutas das organizações dos trabalhadores na América Latina na atualidade.

Palavras-chave: Imperialismo; América do Sul; Golpe; Trabalho, Educação.

ABSTRACT

In South America, the dawn of the 21st century was marked by the popular reaction that, to a greater or lesser degree of organization, demanded a stop to neoliberal policies. Not coincidentally, the elections of left-center governments with a platform for the defense of rights and of the countries were victorious in some South American states, as was the case of Brazil in the Lula and Dilma governments (2003 to 2016) and in the Venezuela in the Chavez and Maduro governments (from 1998 until today). The purpose of this text is to analyze the political situation of recent Brazilian and Venezuelan history, taking as a reference the concept of imperialism and its consequences in the attacks on workers' rights and public education. The article is the result of academic and political searches and dialogues among authors who recognize the difficulty of analyzing such complex situations in the heat of events. However, the reflections presented here aim to contribute to the set of ongoing analyzes on the problems of imperialism and the struggles of workers' organizations in Latin America today

Keywords: Imperialism; South America; Coup; Work; Education.

De acordo com Lenin, o imperialismo é a fase superior e senil do modo de produção capitalista cujas características fundamentais são: a) o monopólio; b) a fusão do capital bancário com o capital industrial criando oligarquias financeiras; c) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, que adquire uma importância particularmente grande; d) Partilha do mundo por associações internacionais, monopólios de capitalista; e) Partilha de regiões menos desenvolvidas do planeta por países imperialista (LENIN, 1982)

Portanto, como formula Almeida (2013), o conceito de imperialismo não se restringe à aquisição de colônias por parte de potências centrais. Trata-se de algo mais complexo, “uma inter-relação que envolve as atividades econômicas – doméstica e externa da indústria (...) ações militares, diplomacia internacional e investidas do capital financeiro em vistas a garantir o funcionamento normal do sistema capitalista” (Idem, p. 12)

Mészáros (2006) infere que na atualidade o capitalismo vivencia uma etapa de Imperialismo global hegemônico, tendo no imperialismo Norte Americano o seu eixo articulador. De acordo com Mészáros (2006, p 41):

A competição entre grupos e empresas gigantescas e seus governos tem um importante elemento limitante: o enorme poder dos Estados Unidos, que tendem perigosamente a assumir o papel do Estado do sistema do capital em si, submetendo, por todos os meios ao seu alcance, todas as potências rivais.

A elevação das despesas militares no mundo é um dos indicativos de como operam as políticas imperialistas tendo na guerra um dispositivo de reprodução e sobrevivência do capitalismo em sua fase de putrefação. Em 2014 os norte-americanos chegaram a US\$ 571 bilhões de investimento em armamentos, muito longe do segundo colocado, a China, com US\$ 129,4 bilhões. (FORBES, 2015). Em suma, o caminho da guerra apresenta-se como resposta do imperialismo para a solução de suas contradições.

Todavia, a imposição pela força coercitiva ou ideológico-cultural dos objetivos imperialistas encontra na luta de classes e dos povos um entrave para a sua realização integral, como demonstra as resistências e lutas latino-americanas durante os séculos XX e XXI. Destacamos que nos anos 2000 a reação da classe trabalhadora e dos povos às políticas de destruição dos direitos, do meio ambiente e das pessoas teve uma resposta popular no plano eleitoral na América do Sul: eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998, explosão social na Argentina em dezembro de 2001; diferentes movimentos de massa no Equador e na Bolívia (2001); vitória eleitoral de Lula 2002.

O século XXI na América Latina tem sido construído sobre a base de movimentos pendulares que oscilam entre as conquistas dos povos pela recuperação da soberania, o desenvolvimento de políticas de integração regional em blocos de cooperação econômica e de fortalecimento de seus sistemas democráticos. Mas também pela obstrução destes avanços nos últimos anos por meio de golpes de Estado, estratégias de guerra financeira, guerra midiática e operações secretas.

Os grupos hegemônicos, herdeiros do poder desde os tempos da colonização europeia, tem sido coadjuvantes no aprofundamento de políticas neoliberais impostas aos países da região. Esta burguesia *criolla*, durante o século XX, encontrou na intervenção e apoio neocolonialista dos Estados Unidos o suporte para sua sobrevivência por meio das ditaduras militares dos anos

1950, 1960, 1970 e dos governos pró-capitalistas da socialdemocracia e democracias cristãs nos anos 1980 e 1990.

Diante do deslocamento sofrido a partir da emergência de governos nacionalistas, populares e de esquerda em finais da década de 1990, a velha burguesia vem lutando para a recuperação do seu "espaço vital" claramente ameaçado pelas lutas e vitórias de projetos populares em países da América latina.

A partir da orientação neoliberal impulsionada por Margaret Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980), a acumulação capitalista entra numa nova lógica que David Harvey (2004) denominou da acumulação de capital por desapropriação. De acordo com Harvey (idem), os novos modelos de comportamento utilizados pelo capitalismo, tais como a privatização de recursos primordiais para a vida, a financeirização, as pressões exercidas por meio de receitas econômicas impostas pelo FMI aos países de economia dependente funcionam como dispositivos de poder geopolítico e geoeconômico empregados como parte de um novo imperialismo mais sofisticado para o estabelecimento de uma implacável ordem de dominação.

De acordo com Ramonet (2013), deste modelo de acumulação do capital contemporâneo desdobram-se dois objetivos a serem cumpridos pelos centros do poder. Um é o fortalecimento do sistema financeiro e bancário. A tese neoliberal propõe que a função prioritária dos estados seja a proteção dos sistemas financeiros. O outro objetivo se radica na diminuição da soberania dos Estados. Isto consiste em retirar dos governos a capacidade de decisão política, o que implica submeter os Estados à condição de protetorados, tal como sucedeu com a Grécia recentemente.

A primazia do sistema financeiro, expressão desta fase de desenvolvimento do capitalismo, produz mecanismos de desregulamentação de direitos sociais e do trabalho visando à imposição de novas regras fixadas por Tratados de Livre Comércio (TLC) tais como os acordos da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA) e o Tratado Transpacífico. Estes acordos têm sido apoiados por organismos multilaterais como a OEA, Mercosul, a organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo sistema financeiro internacional. As consequências da mercantilização dos serviços que impactam na preservação dos direitos sociais tem seu correlato nas políticas públicas concernentes à educação e que hegemonomizam, por exemplo, a concepção de público e privado, bem como a própria ideia de trabalho e da relação entre trabalho e educação.

Neste interim, os objetivos de educar passam pela necessidade de gerar capital humano para o incremento da produção, com base na ideia de que os trabalhadores melhor capacitados serão mais produtivos. Isto se traduzirá, segundo estas teorias, em maiores taxas de lucros. Este fato justifica as propostas dos organismos internacionais para incrementar os investimentos dos Estados em quantidade e qualidade em educação. Não obstante, o modelo educativo baseado na formação de capital humano - que supõe a mercantilização da escolarização - gerou processos perversos diante dos quais podemos mencionar: a coisificação do sujeito e o aprofundamento das desigualdades sociais.

São nos anos 1950 e 1960 que o projeto de mercantilização ganha fôlego. Neste período o Banco Mundial (BM) junto a outros organismos como a Organização para a Cooperação e o desenvolvimento Econômico (OCDE) reconhecem a educação como fator determinante para a formação de capital humano. O propósito do desenvolvimento de capital humano supõe o impulso para gerar força de trabalho especializada para um maior desenvolvimento do processo produtivo, do incremento da mais-valia e das ideias de progresso e bem-estar com sérias implicações na oferta educacional.

A escola fundamentada no modelo taylorista e fordista de acumulação de capital erigiram-se como a “força libertadora”, segundo M. Carnoy (2000), para a superação da pobreza, a ascensão social e o acesso ao consumo. Neste sentido, organismos internacionais como a UNESCO e a OCDE passam a propor medidas padrão para garantir níveis de qualidade que permitam aos países sua participação no chamado projeto civilizatório mundial de progresso material. Claro está que este projeto civilizatório contemplava também a consolidação de uma estrutura social desigual ao desenhar sistemas educativos para a formação de força de trabalho.

A estas perspectivas do capital humano soma-se a influência das formulações das Conferências Mundiais de Educação promovidas pela UNESCO. Essas determinaram os fundamentos e objetivos da educação para o século XXI com base nas ideias das pedagogias do “aprender a aprender” que, no entendimento de Duarte (2001, 2003), corresponde a uma ampla corrente educacional contemporânea que apresenta, especialmente, quatro posicionamentos valorativos, a saber: 1. Os indivíduos devem aprender por si mesmos estando ausente a transmissão de conhecimentos e experiências por outros indivíduos: no caso o professor. 2. Valorização do desenvolvimento do método de aquisição e elaboração do conhecimento em detrimento do aluno aprender conhecimentos já descobertos e elaborados por outras pessoas. “É mais importante adquirir o método científico que o conhecimento científico já existente” (DUARTE, 2003, p. 8). 3. A atividade do aluno deve ser dirigida para os interesses e necessidades deles próprios e do seu dia a dia. 4. A educação deve preparar os indivíduos para acompanhar a sociedade em mudança. Esses devem atualizar-se sob o risco de ficarem anacrônicos e obsoletos ao mercado de trabalho.

Esses posicionamentos demonstram: 1. o quão reduzido e restrito é o lugar do conhecimento teórico na formação e na prática pedagógica; 2. a defesa da obsolescência da transmissão de conhecimentos por parte do professor; 3. A funcionalidade destas pedagogias para a manutenção da ordem capitalista.

A seguir trataremos de algumas questões mais específicas ocorridas no Brasil e Venezuela em tempos recentes e que impactam nos direitos do trabalho e na direção política da educação.

Venezuela: conflitos e resistência popular na construção do socialismo do século XXI

No século XX, uma vez superado o regime ditatorial de Marcos Pérez Jiménez (1958), os objetivos da educação foram orientados pela tese do “estado de bem-estar”. Os governos da democracia representativa se propuseram a transformação do país em uma sociedade moderna por meio de um projeto desenvolvimentista industrial que contemplava o incremento da exploração petroleira, a exploração de minérios e a modernização do campo. Contudo, neste período histórico tem lugar um processo de neocolonização empreendida pelos grandes monopólios e oligopólios petroleiros de países europeus e especialmente dos Estados Unidos. Neste período (1960 – 1998) a cultura rentista extrativista se aprofundou e ampliou a dependência. Sucede-se um crescimento demográfico no espaço urbano provocado pelo deslocamento de populações camponesas para as cidades diminuindo, deste modo, a população rural. O não investimento na produção agropecuária impulsionou estes deslocamentos e gerou um crescimento de cinturões de miséria nas principais cidades venezuelanas, além do fortalecimento de uma burguesia latifundiária e a consolidação de uma burguesia comercial e petrolífera³. Em 1988, a proposta do governo exposta no VIII plano da Nação denominado “a

grande virada” objetivava um novo papel para o Estado. O economista Ignacio Purroy resumiu a filosofia econômica adotada naquele plano nos seguintes termos: 1. Fé no livre mercado como mecanismo ótimo para reestabelecer os equilíbrios e alocar recursos. 2. Total abertura comercial internacional, livre fluxo de importação e de exportação. 3. Mecanismo básico de ajuste: redução da demanda interna (arresto salarial e redução do déficit fiscal através do binômio inflação-desvalorização) (PURROY, 1989)

No interior das políticas que se estabeleceram neste plano nacional, se propunha: a) a restrição da participação do Estado como motor da economia. Neste sentido se almejava a redução do âmbito empresarial do Estado e a transferência ao setor privado de empresas básicas de aço, ferro e alumínio, empresas mineradoras, empresas de serviços públicos e telecomunicações, turismo, portos e aeroportos, indústria de defesa, entre outras. B) A submissão da economia nacional às regulações do mercado. Os preços foram fixados em função do livre jogo de oferta e procura. Ignacio Purroy em artigo publicado em 1989 assinalava: “a soberania das decisões econômicas nacionais ficará alienada aos critérios e exigências dos centros financeiros internacionais representados por seu agente internacional, O fundo Monetário Internacional”. (PURROY, 1989, p. 122).

Para lograr os objetivos de desenvolvimento econômico, as reformas educacionais foram propostas visando à formação de recursos humanos articulados ao modelo rentista extrativista. A última reforma curricular do século XX, realizada no ano de 1996, possuía uma visão neoclerical devido à notória participação da Igreja Católica nas propostas educativas que contavam com o financiamento do Estado (ALBORNOZ, 1999). Essa reforma trazia consigo: a) a participação de ONG’s com programas de apoio a educação financiados por organismos internacionais a margem da legislação venezuelana; b) o sentido mercantilista da oferta educativa; c) a despolitização dos docentes; d) o apoio a oferta educativa privada para a criação de instituições de educação básica e universitária de gestão privada; e) a desvalorização do ensino por parte do docente. Em seu lugar se propunha a ideia de sociedade educadora; f) o currículo fundamentado na busca de competências para ser, conhecer, fazer e conviver através da aprendizagem centrada nos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.

O modelo de aprendizagem de competências para saber fazer, saber ser e saber conviver pôs o acento na aprendizagem de conteúdos, atitudes e procedimentos de forma a atender as demandas da formação de boa mão-de-obra e de consumidores. Surge no âmbito da economia da educação e dos modelos de produção industrial do taylorismo e fordismo a inspiração para a formação de recursos humanos acompanhado de programas, como os desenvolvidos no México, baseados em normas de competência (EBNC). O modelo “competencial” foi promovido e imposto na Venezuela com a reforma educativa de finais dos anos 1990 seguindo as teses do “capital humano” para a formação dos sujeitos que deveriam dar suporte ao modelo de desenvolvimento econômico proposto.

O modelo de vida empreendido pelo neoliberalismo do século XX entra em uma fase de desgaste que exhibe sua maior intensidade no final deste século. Os resultados das lutas sociais impulsionaram mudanças reais no campo político. Em vários países da América Latina, a emergência de governos nacionalistas, com líderes que buscaram promover a integração regional através de instituições como a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), o CARICOM (Comunidade do Caribe); CELAC (Comunidade de Estados Latinos e Caribenhos), a UNASUL (União das Nações Sul-americanas) passou a constituir uma tentativa de consolidação de nova hegemonia cultural não ocidental.

No caso da Venezuela, sua história recente experimenta, em termos políticos, econômicos e socioculturais um ponto de ruptura a partir do processo de refundação da República desde a realização da revolução bolivariana (1999). Com a eleição de Hugo Chávez, profundas transformações sociais, econômicas e políticas foram implementadas no país. Inspirado na figura de Simon Bolívar, a revolução Bolivariana marcou, de fato, um momento inédito no atendimento às demandas da população venezuelana alijada do acesso à saúde, emprego, moradia, educação.

Com a Revolução Bolivariana emergem dois âmbitos de transformações profundas no país. O primeiro está relacionado ao estabelecimento da democracia participativa e protagonista que rompe com a velha concepção de democracia representativa. Este fato recupera, por um lado, o protagonismo do povo na tomada de decisões de interesse nacional e, por outro, a função do Estado como garantidor dos direitos sociais dos cidadãos. O segundo está relacionado à transformação do modelo produtivo capitalista visando a superar o paradigma monoprodutor e rentista com vias a construção de uma organização socialista da produção.

A participação popular traduzida em novas estruturas comunitárias para a gestão dos recursos públicos através do autogoverno e o novo modelo produtivo socialista incidiu no desenho da política educacional. Um dos avanços mais notórios tem sido a criação de “*missiones educativas*”, isto é, campanhas nacionais para a erradicação do analfabetismo e a profissionalização de milhões de venezuelanos excluídos do direito à educação durante décadas.

O processo de transformações sociais na Venezuela se aproxima da sua segunda década. Precisáramos, no mínimo, de um artigo à parte para analisar este processo de evolução, contudo, pode-se mencionar alguns feitos mais relevantes dessa transformação:

AVANÇOS NA EDUCAÇÃO VENEZUELANA (1999 – 2016)	
ACONTECIMENTO	Data
Constituinte Educativa	1999
Projeto Educativo Nacional	1999
Projeto de educação Bolivariana (Educação Básica)	2000
Construção de 44 universidades em todo o país	2000
Misiones educativas: Misión Robinson I y II, Misión José Félix Ribas, Misión Sucre	2003
Declaração da UNESCO da Venezuela como país livre do analfabetismo	2005
Lei Orgânica da Educação	2009
Resolução 058 da criação de conselhos educativos.	2012
Consulta Nacional sobre a qualidade da educação.	2014
Transformação da educação média geral e técnica.	2016

Fonte: elaboração própria

Estas transformações marcaram uma “mudança de época”, como definiu o presidente equatoriano Rafael Correa no ano de 2011, e geraram, no plano nacional, um indiscutível giro cultural. Um exemplo disso se mostra na constituição cidadã da Venezuela, além de leis que enfrentaram problemáticas históricas como a questão da posse da terra, o trabalho, a exploração de hidrocarbonetos, a política social e a redistribuição de renda da classe trabalhadora. Por sua vez, o freio forçado aos exorbitantes lucros das empresas transnacionais que exploravam as jazidas de petróleo, assim como a negação da Venezuela em continuar aplicando as receitas do FMI e de outros organismos para acordos econômicos que ameaçassem a soberania nacional, pôs em discussão os interesses do controle social da burguesia tradicionalmente dominante na Venezuela e geraram a reação do império estadunidense. Os mecanismos de “golpe suave” e “guerra assimétrica”, dentro da qual se contempla a guerra midiática, a guerra financeira e as operações secretas, são utilizadas para desgastar a Revolução Bolivariana.

Atílio Boron ao analisar as possibilidades e limites do capitalismo democrático nos países da periferia, esboça uma série de conclusões sobre o caminho das democracias capitalistas latino-americanas:

A. A luta pela democracia nos países da América Latina, quer dizer, a conquista da igualdade, da liberdade e da participação cidadã é insustentável a margem de uma luta contra o despotismo do capital. Mais democracia implica, necessariamente, menos capitalismo.

B. O neoliberalismo implica uma concepção e uma prática profundamente autoritária na gestão da coisa pública. Por isso o dilema neoliberal não é entre Estado e mercado, mas entre Democracia e mercado. E seus representantes não titubeiam em sacrificar a primeira em razão da segunda. (BORÓN, 2003, p. 15)

Nestas duas conclusões assinaladas pelo autor citado, resumem-se duas questões segundo as quais impulsionam a ação transformadora do processo político venezuelano e que geraram fortes tensões as quais puseram em risco as conquistas sociais e todo o projeto bolivariano, a saber:

A) Mais democracia implica menos capitalismo: esta determinação constitui a convicção, segundo a qual, para alcançar as transformações a uma ordem social com justiça e equidade devia-se seguir uma rota a margem do modelo capitalista que na Venezuela se denomina Socialismo Bolivariano do século XXI.

B) Democracia versus mercado: a instauração, por preceito constitucional, da democracia participativa e protagonista abre a bússola da participação popular na gestão pública. Este componente transformador constitui um marco na gestão dos recursos públicos, freia o processo de privatização dos direitos sociais como os da educação e saúde, além de democratizar o consumo. Quer dizer, se abre o horizonte de expectativas para o acesso aos bens e serviços, não apenas aqueles que se constituem em produtos de primeira necessidade, mas também aqueles que supõem o acesso a cultura, ao lazer, ao descanso.

A reação dos velhos poderes hegemônicos do neoliberalismo, tanto os nacionais como os internacionais, em uma composição fascista⁴, não demorou a produzir sua resposta: um golpe de Estado em 11 de abril de 2002.

Esta tentativa de golpe, perpetrado pela velha classe política junto a um grupo de militares em desacordo com a Revolução Bolivariana, caracterizou-se pela detenção do então

presidente Chávez e a instauração de um regime que em seus escassos três dias de duração dissolveu todos os poderes públicos.

Os documentos do departamento de Estado dos Estados Unidos revelaram a participação da CIA e da Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID) por meio do financiamento dos grupos políticos opositores ao governo venezuelano.

Contudo, em 13 de abril de 2002 uma forte mobilização popular obrigou os poderes de fato a restituir a constitucionalidade e o presidente Chávez voltou a suas funções.

Mediante a luta dos trabalhadores, trabalhadoras, etnias e juventude Venezuelana contra o golpe ao governo do presidente Chávez, Juan Calzadilla escreveu:

Abril será, enquanto durar a verdade e não prevalecer o esquecimento, o cenário inédito da proeza de um povo: reverter em menos de 48 horas um golpe de Estado de novo tipo, cuidadoso e tecnicamente planejado pela oligarquia e o império, com a participação minuciosa de um poder entronizado e chave nas peripécias políticas do novo século, o poder da representação e a alucinação midiática. Um golpe técnico-político e psico-político, que não pode enganar a intuição e o entendimento de uma população unânime que resistiu de imediato e teve uma resposta espontânea e lúcida, que eliminou uma mídia, um patronato e uma burguesia desprevenidos e triunfalistas. (CALZADILLA, 2012, p. 7).

No ano de 2003 se consuma outro golpe, desta vez na economia, por meio do “assalto” a empresa de Petróleos da Venezuela (PDVSA). Já no ano de 2004 as forças opositoras ativaram o mecanismo do referendo revogatório para remover o presidente Chávez de suas funções. Porém, fracassaram nas urnas eleitorais.

Durante as mais de duas décadas de processo Bolivariano na Venezuela ensaiaram-se as mais variadas estratégias de golpes, conspirações e sabotagens políticas e econômicas. Estes últimos realizados com estratégias de terrorismo financeiro que os Estados Unidos desenvolvem como parte de sua nova “arma dissuasiva de destruição em massa”. (JALIFE, 2015.).

Os ataques perpetrados após a morte do Presidente Chávez, caracterizado como tática de guerra de quarta geração, representam os mais violentos e devastadores que se conhecem na história republicana venezuelana. O termo guerra de quarta geração, conhecido por sua sigla 4GW, é utilizado por William Lind junto a oficiais da infantaria da marinha estadunidense na redação do documento intitulado “*El rostro cambiante dela guerra: hacia la cuarta generación*”. Este conceito surge em tempos de pós-guerra fria e se renova logo após os ataques de 11 de setembro, como parte de uma guerra antiterrorista.

No âmbito internacional podem-se mencionar ações desenvolvidas pelos Estados Unidos para provocar a queda abrupta dos preços do petróleo como parte da guerra geofinanceira e o bloqueio das transnacionais farmacêuticas para a venda de medicamentos ao país. Assim como a participação do Estado e de grupos de poder da República da Colômbia, na desvalorização da moeda através de leis de câmbio monetário que põem em desvantagem a moeda venezuelana. Além disso, há de se destacar os problemas causados pela utilização do dólar especulativo no mercado paralelo, o contrabando de alimentos e gasolina, bem como a retenção e extração de papel moeda para afetar a liquidez monetária do país.

No âmbito nacional se mencionam: a) o desabastecimento programado de produtos da cesta básica que as empresas monopolizadoras do setor alimentício venezuelano têm grande

responsabilidade; b) a especulação de preços que desvalorizam o salário dos trabalhadores; c) a emergência de grupos terroristas de extorsão e sequestro.

Na Venezuela, a guerra econômica tem obrigado tanto os líderes do governo como a grande parte dos cidadãos a compreender a origem das problemáticas econômicas e a pensar em soluções a partir da criação de uma cultura comunal. O Plano da Pátria⁵ representa uma rota para a construção de outro tipo de sociedade, outra ordem de vida. Neste plano, o sistema educacional é o motor, junto ao poder popular, para materializar-se. As ações que foram desenvolvidas para enfrentar a guerra econômica se plasam na criação de um novo plano estratégico para um modelo produtivo que contempla o desenvolvimento do setor agrário, farmacêutico, industrial, de hidrocarbonetos, florestal, mineiro, de turismo, da indústria militar, da construção civil, das telecomunicações e informática, dos bancos e finanças. Além disso, a execução de projetos para recuperar a base camponesa da cultura venezuelana e superar o modelo empresarial de importações de produtos do exterior e combater a dependência.

A organização de comitês locais de abastecimento e produção (CLAP) integrados por membros das comunidades de vizinhos organizados em conselhos comunais são tentativas de criação de novas rotas de produção e comercialização de alimentos a margem das cadeias monopolistas tradicionais que têm participado da guerra econômica. Estas ações, por sua vez, servem para potencializar a organização popular para a gestão local da produção e distribuição de alimentos.

O setor educativo, tanto no nível básico como universitário, está chamado a ter uma participação de primeira ordem no combate à guerra econômica através do desenvolvimento de projetos de pesquisa orientados para a geração de conhecimento para o desenvolvimento sócio produtivo em áreas prioritárias de interesse nacional. A educação universitária, ancorada desde seu nascimento até a atualidade nas correntes hegemônicas do pensamento eurocêntrico, deve dar um giro para a descolonização epistemológica e reorientar sua produção na perspectiva do binômio ciência-sociedade.

Outra forma de ataque, e uma das ações mais perigosas contra a Venezuela, se expressa no decreto lançado pelo presidente Obama em 2015 no qual declara a Venezuela como ameaça incomum e extraordinária para a segurança nacional e política exterior dos Estados Unidos. Tal decreto inclui a declaração de “emergência nacional” que outorga poderes ao presidente norte-americano para aplicar sanções à Venezuela sob determinadas circunstâncias.⁶

Boron (2017) adverte sobre a necessidade de estar alerta frente aos giros que pode dar o novo presidente norte-americano (Donald Trump) em suas ações de ingerência sobre *Nuestra América*:

sem dúvida continuará com a agenda de Obama: desestabilizar a Venezuela, promover a “mudança de regime” (vulga: contrarrevolução) em Cuba, acabar com os governos da Bolívia e Equador e enquadrar, mais uma vez, os países do continente como obedientes satélites de Washington.

A luta a ser travada por todos os setores sociais, em especial o papel do sistema educativo, remonta a consigna de Rosa Luxemburgo de “socialismo ou barbárie”. Para a maioria da população há um sentimento: se a tendência global girar para a ampliação do domínio do capital imperial, o povo venezuelano continuará em luta por fazer irreversível a transição para o socialismo bolivariano do século XXI.

Lutas, conciliação e golpe no Brasil contemporâneo: reflexos nos direitos do trabalho e na política educacional.

Quando Dilma Rousseff sofreu o impeachment em agosto de 2016 coroando um golpe de Estado promovido pelo que há de mais reacionário na vida política e econômica brasileira, desnudaram-se contradições objetivas da crise estrutural do capitalismo que, no plano político, precisa de peças absolutamente confiáveis para fazer girar a máquina da exploração do homem e da natureza. Ao mesmo tempo, o golpe promoveu o fim do frágil pacto de democratização do país estabelecido há 30 anos, após o fim da ditadura civil-militar.

Em termos de projeto político, o golpe de 2016 buscou anular as ideias e políticas denominadas neodesenvolvimentistas dos governos Lula e Dilma, em resposta às políticas de implementadas no Brasil a partir dos governos de Fernando Collor de Melo (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) chamadas de neoliberais.

De acordo com Alves (2014),

O neodesenvolvimentismo é considerado por nós como sendo um novo *modo de desenvolvimento* capitalista no Brasil apoiado numa *frente política* composta, por um lado, pela *grande burguesia interna* constituída pelos grandes grupos industriais tais como as empreiteiras OAS, Odebrecht, Camargo Correia, etc, e os grupos industriais da Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantim, etc e o agronegócio exportador – todos beneficiados pelo aumento das exportações focado numa agressiva política de financiamento através do BNDES, voltados para promover as empresas e os investimentos brasileiros no exterior; por outro lado, pelas camadas organizadas do *proletariado brasileiro* (velha classe operária) e setores populares – incluindo o *subproletariado* pobre, beneficiados pelo crescimento da economia, redução do desemprego aberto e formalização do mercado de trabalho, oferta de crédito para dinamizar o mercado interno; aumento do gasto público e políticas de transferência de renda via programas sociais (Bolsa-família, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, etc).

Ao caracterizarmos como neodesenvolvimentistas as políticas dos governos de centro-esquerda de Lula e Dilma buscamos diferenciá-los das chamadas políticas neoliberais implementadas anteriormente pelos governos de Collor a Fernando Henrique Cardoso. Além disso, a elaboração de Alves (idem), nos dá a dimensão das razões das tentativas atuais de destruição de empresas como a ODEBRECHT, aliadas do governo; bem como dos programas sociais executados entre 2002 a 2016.

A perspectiva neodesenvolvimentistas, como aproximação da ideologia desenvolvimentista de outrora, tem uma história a qual passamos a abordar em linhas muito gerais com o intuito de situar a movimentação que resultou no golpe atual.

De acordo com Lombardi (2014), ao fim da Segunda Guerra Mundial o Brasil ampliou sua economia dispondo de grandes reservas em moeda estrangeira por conta da política de substituição de importação o que acelerou o crescimento nacional nos anos de 1946 a 1950. Esse crescimento, resultado de uma política econômica desenvolvimentista impulsionou mudanças consideráveis na economia e sociedade brasileira. Um exemplo foi o início da produção de aço

pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) o que abriu perspectivas para o desenvolvimento industrial brasileiro. Outra indústria nascente e pujante foi a do Petróleo com a descoberta das primeiras jazidas e a criação da PETROBRAS. Contudo, apesar desses avanços econômicos, o Brasil padecia da falta de infraestrutura como a insuficiência de energia elétrica e uma precária rede de transporte e de comunicação. Para fazer avançar o crescimento da economia brasileira, inaugurou-se um novo período marcado pela ideologia do desenvolvimento, tributária das perspectivas de dominação imperialista norte americana: o chamado desenvolvimentismo ou nacional-desenvolvimentismo. Esse projeto prevaleceu do segundo governo Vargas (1950) até o Regime Militar (1964), com destaque ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Ainda segundo Lombardi (2014), a fundação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) propagou no continente uma das vertentes da “teoria do desenvolvimento”. Uma das teses da CEPAL era a de que “apenas a industrialização não era suficiente para resolver os problemas de desigualdade na região e adotaram uma estratégia de ‘transformação produtiva com equidade social’, na qual se buscasse um crescimento econômico sustentável articulado a uma melhor distribuição de renda”. (Idem, p. 31). O modelo CEPALINO, que desdobrou na criação de várias agências de desenvolvimento regionais no país, como a SUDENE (superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), se baseava na perspectiva Keynesiana da necessidade de complementariedade entre Estado e mercado para gerar o desenvolvimento nacional.

Diante destas perspectivas, de 1962 a 1964, o governo de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por meio da pressão das massas e suas organizações de trabalhadores do campo e cidade, buscava dar um passo adiante em relação aos direitos sociais ao propor as reformas de base (reforma agrária, política, tributária). Contudo, o período de Guerra-Fria e as desconfianças em relação ao “perigo comunista” faziam de qualquer tentativa de reforma popular, principalmente com a presença do PCB, uma ameaça à ordem estabelecida. Estava montada a justificativa para o golpe civil-militar de 1964.

Com o golpe de 1964 o arrefecimento das lutas de massa se deu de forma rápida e o processo de reconstrução da organização sindical se processou a passos lentos. Como método de resistência, alguns setores da esquerda optaram pela luta armada.

Durante a ditadura civil-militar a tendência da expansão econômica se manteve, mas os impasses políticos dos governos militares coincidiram com o esgotamento do seu modelo econômico. Além disso, a crise do capitalismo de bem-estar social e do Keynesianismo e os primeiros ajustes neoliberais levados a cabo por Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos nos finais dos anos 1970, como já mencionamos anteriormente, somaram-se ao conjunto de circunstâncias que impulsionaram a crise do regime ditatorial.

Em meio à crise econômica em meados da década de 1970 emergiu um novo momento na organização da esquerda no Brasil na qual se constitui um conjunto de lutas sociais com destaque ao novo sindicalismo, as Comunidades Eclesiais de Base, vários movimentos populares de luta pela terra, indígena, mulheres, LGBT. Nesta ascensão das lutas de massa dois fatos merecem destaque: a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no ano de 1979 e a criação da CUT - Central Única dos Trabalhadores, em 1983. Estas organizações se configuraram importantes instrumentos para a organização das massas no Brasil a partir da década de 1980.

Neste interim, no ano de 1989, após 25 anos sem eleições para presidente da república o povo teve o direito de manifestar sua vontade nas urnas. Após uma dura campanha após a reabertura política, o segundo turno dessas eleições teve como candidatos Fernando Collor de

Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), sendo este último derrotado eleitoralmente⁷.

Esse resultado, aliado à crise da experiência de implantação do socialismo no leste europeu e aos desdobramentos dos avanços do capital sobre o trabalhador e suas organizações, teve uma forte influência na direção, nas estratégias e táticas de luta pelo poder proposta pela direção majoritária do Partido dos Trabalhadores. O caminho da eleição e das amplas alianças com setores da burguesia nacional passaram a ser a principal estratégia do PT para a ampliação da representação nos parlamentos e governos, visando ao principal objetivo: chegar à presidência da república.

Após a derrota de 1989 até a vitória de Lula em 2002 se passaram 13 anos e quatro eleições. Neste lapso de tempo, especialmente dos anos de 1994 a 2002, o país foi governado por Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB). Este foi um período marcado por ajustes fiscais e implantação do receituário do consenso de Washington, a orientação das chamadas políticas neoliberais aplicadas com afinco pelo governo, tais como: privatizações de empresas públicas, troca da moeda (de Cruzado para Real), aumento da taxa de juros, redução de direitos, superávit primário, inibição de investimentos sociais com vistas a estabilidade financeira e o combate à inflação.

Mas o poder de encanto destas medidas durou até o final do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Garcia (2002, p. 3), “nos quatro primeiros anos, animados pelo êxito do populismo cambial, o governo pôde desqualificar seus críticos com relativa tranquilidade, na medida em que esses apareciam como vozes isoladas, supostamente brigando com os fatos.”

Sem crescimento econômico o governo teve dificuldades de enfrentar a crise social, a não ser por medidas compensatórias. Reformas estruturais não foram feitas, tampouco grandes investimentos. A saturada alegação da necessidade dos “remédios amargos” e do pedido de paciência para o povo a fim de enfrentar os problemas do crescimento não convenceu a maioria da população brasileira nas eleições de 2002, que elegeu Lula presidente.

A eleição do primeiro operário como presidente da República Federativa do Brasil, oriundo de um Partido cuja base social é a classe trabalhadora organizada em sindicatos, movimentos de lutas sociais, setores progressistas da Igreja e intelectuais progressistas não foi um acontecimento menor. A simbologia ali envolvida, no entanto, não acompanhou as amarras e limites de um governo de conciliação no qual trouxe para sua base de apoio partidos fisiologistas, como o PMDB, que ocupou postos de destaque nos governos petistas, em nome da governabilidade.

O período em que o Partido dos Trabalhadores esteve no comando do poder executivo pode ser caracterizado como governo de coalizão ou da conciliação de interesses de classes, com base numa perspectiva neodesenvolvimentistas.

Segundo Armando Boito, esta configuração do poder deu margem à formação de dois blocos majoritários. Um primeiro, base de apoio social do governo, que se constituiu como frente política heterogênea agrupando empresários brasileiros de vários ramos (a chamada burguesia interna nacional), a baixa classe média, a maior parte da classe operária representada pelas centrais sindicais CUT e CTB, o campesinato. O outro bloco, de oposição, identificado como campo político neoliberal, dirigida pela fração da burguesia articulado ao capital internacional, tem em sua plataforma os clássicos dispositivos de abertura comercial ampla, venda de estatais (privatização), redução de investimentos e alinhamento passivo aos Estados Unidos. (BOITO, 2016)

Caracterizado pelos acordos com o empresariado “nacional” e apesar da ampliação de investimentos sociais, os governos Lula e Dilma não realizaram as reformas de fundo (reforma agrária, política, tributária, urbana, regulação da mídia). Foram governos que se adaptaram às instituições promovendo políticas econômicas que mantinham as altas taxas de juros e pagamentos da dívida pública sem sequer cogitar a possibilidade de auditoria da mesma.

Contudo, as dificuldades para uma análise mais ampla deste período é evidente porque os 13 anos dos referidos governos, foram também de conquistas dos trabalhadores: recuperação salarial e do emprego (taxa de desemprego em 2002: 12%, em 2014: 5,4% segundo dados do IBGE), políticas de redistribuição de renda, amplo programa de moradias populares (programa minha casa, minha vida); destaque ao intento de Lula em renegociar a relação subordinada ao imperialismo; construção de um novo marco regulatório do pré-sal⁸ em favor do conteúdo nacional (indústria) e um fundo social (saúde e educação) dentre outras medidas.

Em termos de investimento em educação, tem-se a criação de 18 universidades federais e 214 escolas técnicas em todo o Brasil (nas capitais e interior). O aumento do número de estudantes no ensino superior, privado e público, passou de 583.500 em 2003 para 1.087,400 no ano de 2016. Em termos gerais, o investimento na educação cresceu em todos os níveis de ensino. Segundo Mendes (2015), “a evolução da despesa federal em educação em reais (corrigidos pela inflação para valores de 2014) e em porcentagem do PIB em relação a Despesa do Governo Federal na Função Educação: 2004 a 2014, a despesa quase quadruplicou no período em termos reais, passando de R\$ 24,5 bilhões em 2004 para R\$ 94,2 bilhões em 2014, o que equivale a 1,71% do PIB (em proporção do PIB o aumento foi de 2,3 vezes).” Por certo os números não refletem questões em termos de qualidade do atendimento, de ensino e aprendizagem, mas auxilia na visão global e nominal dos recursos despendidos no setor.

Esta situação de avanços e retrocessos para a maioria da população conduziu a alguns impasses. No final do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff houve um grande movimento popular que ficou conhecido como as Jornadas de Junho de 2013. O povo foi às ruas reivindicar mudanças as mais variadas e somente uma constituinte exclusiva poderia resolver tais clamores. A resposta da presidenta Dilma foi propor a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana e Exclusiva para a reforma do sistema político. Todavia o vice-presidente Michel Temer do PMDB, o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional, imediatamente, rechaçaram a proposição.

Nas eleições de 2014, Dilma Rousseff é reeleita para o segundo mandato presidencial com uma margem de diferença muito curta (aproximadamente 2% dos votos), revelando o quão dividido estava o país. Em 2015, com o anúncio de um ajuste fiscal mais severo, por meio do ministro da economia Joaquim Levy (ex-funcionário do FMI), a frustração no voto Dilma se ampliou e com ela a perda do apoio popular. O ajuste fiscal sinalizou a quebra do compromisso de avançar as reformas populares – política agrária, tributária, etc. Além disso, houve a deterioração da situação social pois o referido ajuste visava fazer superávit primário para pagamento de juros aos bancos e credores.

Outros problemas emergiram e impactaram no processo de desestabilização do governo Dilma, a saber: a redução da arrecadação de impostos por conta de anos de políticas de isenção fiscal a determinados ramos industriais, somada a queda internacional dos preços de commodities, deram margem às já avançadas manobras para a derrubada do governo que fora acusado de ter falido o Brasil por conta dos gastos sociais, crescimento do Estado e dos esquemas de corrupção. Neste interim, a operação lava-jato⁹, reverberada pela grande mídia e o pedido de abertura de processo de Impeachment contra a presidenta eleita por conta de supostos

desvios de recursos para a manutenção do plano safra de 2015, que ficou conhecido como as “pedaladas fiscais”, culminou no impeachment da presidenta Dilma no dia 26 de agosto de 2016, com a maioria de 2/3 do senado votando a favor do afastamento em definitivo da presidenta.¹⁰

Com o golpe parlamentar e judiciário a ofensiva contra a nação brasileira e os direitos sociais e do trabalho se amplificaram. Desde que assumiu interinamente, Michel Temer tem implementado um conjunto de medidas e políticas de ajustes impopulares e somente aplicáveis em situações como a em curso, na qual foi pavimentado todo um caminho pelo qual pretendem passar políticas de ataques aos direitos sociais e do trabalho, como a Proposta de Emenda à Constituição Nº 241 (PEC 241 que passou a tramitar no Senado Federal com o número PEC 55); a Medida Provisória 746 (reforma do ensino médio); o Projeto Escola Sem Partido.

A PEC 55 se apresentou como uma proposta de salvação das contas públicas brasileiras visando a congelar os gastos em despesas públicas primárias por 20 anos. Uma experiência inédita no mundo. Segundo o relator desta proposta na Câmara de Deputados: “o objetivo da proposição é reverter, no horizonte de médio e longo prazo, o quadro de agudo desequilíbrio fiscal em que nos últimos anos foi colocado o governo federal” (PERONDI, 2016, p.2).

Esta emenda foi aprovada em 13 de dezembro de 2016 e determina como critério para o aumento do orçamento em gastos federais primários (saúde, educação, previdência, segurança) a inflação do ano anterior. Desse modo, todas as despesas primárias se pautarão pelo teto da inflação do ano anterior não importando qual seja o montante arrecadado de imposto ou o aumento ou diminuição do Produto Interno Bruto (PIB). Um retrocesso sem tamanho aos direitos básicos da população, um retorno agudo as políticas nitidamente imperialistas.

De fato, a intenção desta medida articula-se a questão da dívida pública (nunca auditada no Brasil) e ao pagamento de juros extorsivos e amortizações da dívida que consomem 42,43% do orçamento federal. Por sua vez, o percentual do orçamento destinado à educação chega a parcos 3,9% e em saúde 4,3%, de um total de R\$ 2,268 trilhões de Reais correspondente ao orçamento geral da União executado em 2015. (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2013). No entendimento de Fatorelli (2006), é preciso se perguntar:

quem está “quebrando” o Brasil? Que gastos estão de fato precisando ser controlados? (...) Além de privilegiar a ‘dívida pública’ e continuar alimentando cada vez mais o sistema da Dívida à custa do sacrifício de todas as demais rubricas orçamentárias, a PEC 241 (PEC 55) privilegia esquema fraudulento semelhante ao que quebrou a Grécia. Bem escondido no texto proposto pela PEC 241/2016 para o art. 102, inciso V, parágrafo 6º, inciso IV do ADCT, encontra-se o privilégio de recursos, à vontade, sem teto e sem limite, para empresas estatais não dependentes.¹¹” (FATORELLI, 2016, Pp. 1-3).

Com a PEC 55 aprovada, está em tramitação no Congresso Nacional um pacote de alterações na legislação tais como a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a lei da terceirização que impactará profunda e negativamente as relações de trabalho. Em pouco mais de oito meses do golpe iniciado em abril de 2016, o governo Temer dissolveu conquistas de décadas de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Como parte desta política encontra-se ainda a destruição dos direitos da juventude em estudar. A Medida Provisória 246¹², uma forma autoritária de tratar do problema e da

necessidade de uma reforma no ensino médio, está articulada a preparação da mão de obra juvenil em sintonia com os tempos de política de terra arrasada que está sendo montada.

É importante salientar que, contraditoriamente, as discussões para uma reforma semelhante a implantada pelo atual governo, foram iniciadas no governo Dilma Rousseff.

Apesar de diferenças com a reforma atual, no fundo trata-se de duas proposições próximas em termos de orientação para a educação média. No ano de 2013 foi criada uma Comissão Especial para a Reformulação do Ensino Médio presidida pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), cujo objetivo era alterar a Lei 9.394/96 (a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). Em relação ao tempo de discussão do projeto, de acordo com a justificativa do relatório que tramitava na câmara de Deputados, foram 17 meses de debate durante os quais houve centenas de seminários estaduais e nacionais com entidades e dirigentes governamentais para tratar do tema. Segundo o relatório do deputado Reginaldo Lopes, o consenso é o de que “o atual currículo do ensino médio é ultrapassado, extremamente carregado, com excesso de conteúdos, formal, padronizado, com muitas disciplinas obrigatórias numa dinâmica que não reconhece as diferenças individuais e geográficas dos alunos.” (Câmara dos Deputados, 2013, p.7). Pela proposta do governo Dilma, o currículo do ensino médio seria dividido em quatro áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza. Deste modo, o currículo de formação de professores também deveria ser alterado para a forma de área do conhecimento e não mais por disciplinas.

Consumado o golpe judiciário/parlamentar, o que se observa é a pressa por aprovar a reforma do ensino médio. A mesma foi aprovada pelo congresso nacional e sancionada na íntegra pelo presidente Michel Temer no dia 16 de fevereiro de 2017 (Lei 13.415).

A contrarreforma do ensino médio do governo Temer ampliou a carga horária de 800 para 1400 horas. Pela nova lei, o artigo 36 da lei 13.415 anuncia que o currículo do ensino médio será composto pela Base Comum Curricular Nacional (ainda em discussão) e por itinerários formativos “organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino” (...)

Considerando que é o “contexto local” e a possibilidade dos sistemas de ensino em ofertar os itinerários formativos, teremos inúmeras justificativas para que as disciplinas e conteúdos clássicos e que contribuem na formação integral dos indivíduos não sejam ofertadas. Argumentos não faltarão: ausência de professores em determinados itinerários, falta de investimento em estrutura, ou mesmo supostas “pesquisas” de mercado que indicam a necessidade ou não de formação de mão-de-obra para os jovens que frequentam a escola pública.

O currículo do ensino médio, portanto, será cindido em duas etapas. Uma primeira etapa terá uma carga horária de 800 horas nas quais serão diluídas as matérias tradicionais (física, química, matemática, história) em formas reduzidas de ensino e apropriação de conteúdos que se distribuiriam em 5 grandes áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências humanas, da natureza e profissional. Uma segunda etapa será dedicada aos “itinerários formativos específicos” (linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional), cuja finalidade é o aprofundamento em uma dessas áreas a partir da suposta escolha dos estudantes no que pretende aprofundar, mas respeitando a disponibilidade e possibilidades das redes de ensino e das escolas.

A lei permite ainda a contratação de profissionais reconhecidos como de “notório saber” em determinada especialidade para atuar como docente no itinerário formativo “técnico-profissional” (Art. 61, Inciso IV). Isso significa que qualquer pessoa que tenha experiência em

dado campo profissional técnico poderá exercer a função de professor sem a necessidade de nenhuma formação pedagógica. Ademais, as horas de atividades extra-curriculares dos estudantes poderão ser preenchidas por atividades práticas em empresas.

Na verdade está ocorrendo um retrocesso que remete à Lei 5692 da Ditadura militar que conferia certificação formal dividindo a formação dos jovens em científica e profissional, ou seja, entre os que elaboram e os que executam, entre os que dirigem e os que são dirigidos, cindindo ainda mais o acesso ao conhecimento e as escolhas dos adolescentes reduzindo o trabalho e a educação para o trabalho apenas à preparação para o disputado “mercado de empregos”.

Operando com o senso comum e as legítimas reivindicações dos jovens e adultos acerca da necessidade de mudança do ensino médio, o parágrafo 7º do artigo 35-A da lei 13.415 legisla: “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”. A legislação anuncia o objetivo de uma formação Integral. Todavia, integral diz respeito àquilo que não sofreu diminuição ou restrição; algo total, completo. Mas se torna paradoxal tal afirmação, porque com tantos cortes, inclusive no financiamento (PEC 55) e nos conteúdos, o que restará à juventude trabalhadora é uma formação parcial e incompleta aprofundando o abismo que limita o acesso às formas mais desenvolvidas de conhecimento.

Em suma, vivencia-se no Brasil um verdadeiro ataque ao povo trabalhador e a juventude. Um dos indícios deste fato se expressa no informe do senador da república Paulo Paim, em intervenção em audiência pública no Congresso Nacional no dia 30 de novembro de 2016. Segundo o referido senador, há um número absurdo de projetos que ferem de morte a conquista de direitos trabalhistas conseguidas com muita luta pelo movimento operário e popular na mais célere velocidade, a saber: 1) projetos de lei que visam por fim a lei NR 12 que protege e indeniza os trabalhadores que sofrem acidentes com a perda de algum de seus membros; 2) instituir a PLS 218/2016 que diz respeito a implantação da jornada intermitente, o que se pode considerar análoga a trabalho escravo. Segundo o conceito de trabalho intermitente, uma tendência nos Estados Unidos da América, os trabalhadores ficam aguardando que a empresa os convoque para o trabalho com remuneração das horas trabalhadas, sem a existência de um salário fixo; 3) Reforma trabalhista: alterar a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) fazendo com que o negociado diretamente entre patrão e empregado prevaleça sobre o que está legislado na CLT; 4) Projetos de regulamentação do trabalho terceirizado para todos os setores da produção, comércio e serviços. Ou seja, o foco é terceirizar a maioria dos trabalhadores haja vista que os piores salários, as formas mais precárias de trabalho estão neste tipo de contratos; 5) Fim da justiça do trabalho; 6) Ampliação da jornada de trabalho; 7) Reforma da previdência visando aumentar o tempo de contribuição e as idades mínimas para a aposentadoria sob o falso argumento do déficit do sistema previdenciário; 8) Retirada do PIB (Produto Interno Bruto) como um dos indicadores para calcular o aumento do salário mínimo; 9) autorização do corte de salários dos servidores público imediatamente após deflagrada greve (na verdade é a proibição do direito de greve do servidor público).

Trata-se de uma verdadeira política de guerra contra os trabalhadores. Todavia, diferentemente de outro golpe recente na história do Brasil - o golpe civil-militar de 1964, no qual as organizações da classe trabalhadora foram reduzidas quase a pó - o golpe de 2016 não conseguiu abater de morte os sindicatos, as organizações populares e partidos políticos de esquerda. A luta contra o governo de Michel Temer e seus apoiadores tem crescido no campo

sindical, popular e, sobretudo, na juventude. É importante fazer o registro que nos meses de setembro a dezembro de 2016 centenas de escolas e universidades brasileiras foram ocupadas por estudantes que reivindicavam a retirada da PEC 55 e da Medida Provisória 746 (reforma do ensino médio), além dos vários atos públicos e paralisações dirigidos por centrais sindicais e movimentos sociais que articuladas à formação de frentes políticas de esquerda como a Frente Brasil Popular e a Povo Sem Medo.

Considerações finais

Na tormenta da crise do capital, os trabalhadores no mundo vivem momentos muito difíceis. Na América Latina, em especial no cone sul deste continente, a reação das massas promoveu respostas anti-imperialistas que trouxeram elementos novos para as condições de existência do povo explorado e para os processos de luta de classes, sobretudo na década final do século XX e início do século XXI.

Rememoremos no ano de 2002, que a nosso ver é emblemático para as lutas de massa no Brasil e na Venezuela. Neste ano ocorreram dois fatos que merecem destaque. Em abril, na Venezuela, as massas combateram e derrotaram o golpe contra Hugo Chávez impetrado pela classe dominante sob a batuta imperialista Norte-Americana. Em outubro deste mesmo ano, a maioria do povo elegeu Luís Inácio Lula da Silva presidente do Brasil, que com avanços e recuos configurou um ponto de apoio para a luta de classes no continente e para além dele.

Mas o imperialismo não tardou a dar suas respostas seja no campo militar reinstaurando a 4ª frota dos Estados Unidos em 2008, a qual estava desmobilizada desde o final da segunda guerra mundial; seja buscando integrar politicamente os governos por meio da cooptação de partidos e sindicatos, mediadas por políticas de consenso entre as classes, que cada governo na “*nuestra américa*” respondeu de forma diferente. Por exemplo, em muitos momentos os governantes Venezuelanos Chávez e Maduro expulsaram embaixadores dos Estados Unidos do país; por outro, o governo brasileiro nas gestões Lula e Dilma comandaram a vergonhosa MINUSTAH (Missão da ONU no Haiti), contra a soberania daquele país.

Como se observa, a pressão imperialista não diminui e conta com a colaboração de parte das direções partidárias de esquerda e sindical no continente (seja por cooptação/acomodação ou por sectarismo) o que abre margem aos avanços do chamado “endireitamento” do mundo, expressão que merece maiores análises. Esse enfrentamento diuturno, de forma altamente acelerada, ameaça destruir o que foi conquistado pelos trabalhadores e trabalhadoras até aqui.

Na situação política atual observamos retrocessos graves como o avanço da direita na Argentina, o golpe de Estado da presidenta Dilma Rousseff no Brasil, as agressões para desestabilizar os governos democráticos da Bolívia e Equador, as múltiplas sabotagens econômicas na Venezuela, acompanhados de provocações reais no interior de organismos internacionais como a OEA e o MERCOSUL. Ademais, a administração de Obama atingiu seu objetivo de fazer retroceder os avanços alcançados na América Latina em termos de direitos de cidadania, desenvolvimento cultural e recuperação econômica, que será acompanhado pela política do atual presidente Norte Americano, Donald Trump.

No Brasil, Venezuela e em vários países continuam se articulando pessoas e organizações para o enfrentamento e a defesa das conquistas do povo contra os ataques às nações, aos direitos dos trabalhadores, trabalhadoras e a juventude. Entendemos que essa situação demanda esforços teóricos e práticos para a compreensão e o desenvolvimento de ações

concretas e eficazes, sobretudo buscando a unidade das organizações de lutas sociais latino-americanas.

Referências

ALBORNOZ, Orlando. De un Estado Docente a una educación neoclerical. *Saber*. Mérida, Venezuela, N. 5, ano 3, fevereiro, 1999. Disponível em: www.saber.ula.ve Acesso em 05/12/2017.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. O projeto Colúmbia University e o nacional-desenvolvimentismo Brasileiro: uma relação sintomática. In: CASIMIRO, Ana Palmiro Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; LOMBARDI, José Claudinei. *Projeto Colúmbia: Anísio Teixeira e o Desenvolvimento Nacional*. Campinas, SP: Alínea, 2013.

ALVES, Giovani. O mal estar do neodesenvolvimentismo. *Blog da Boitempo*. Postado em 27/11/2014. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>. Acesso em 10/01/2017.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Números da dívida*. 2013. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>

BOITO JR, Armando. Os atores e o enredo da crise política. JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim, CLETO, Murilo. *Por que gritamos golpe?* Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BORON Atílio. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso. 2003

BORON, Atílio. *Império e Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/imperio/imperio5ed.pdf>

BORON, Atílio. Trump presidente: las palabras y los hechos. *Rebelión*, 2017. Disponível em <https://www.rebelion.org/noticia.php?id=221916>. Acesso em 25/01/2017.

CAIRO, Heriberto. La Geopolítica como “ciencia del Estado”: el mundo del general Haushofer. *Revista de estudios sobre espacio y poder*. Vol. 3. Núm. 2. 337 – 345. Madrid, España, 2011.

CALZADILLA, Juan A. Prólogo. POLJAK, Ernesto Villegas. *Abril golpe adentro*. Caracas, Venezuela: Fundación para la cultura y las artes, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei 6840*. Brasília (DF), 2013. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=31174E02700D77142C032B213819EA92.proposicoesWebExterno2?codteor=1200428&filename=PL+6840/2013

CARNOY, Martin. *La educación como imperio cultural*. México: Siglo XXI editores, 10ª ed., 2000.

DUARTE, N. *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea)

DUARTE, N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?* Campinas: autores associados, 2003.

FATORELLI, Maria Lucia. Você está sendo roubado pela PEC 241. *Auditoria cidadã da Dívida*. 2016. Disponível em: www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/10/18/voce-esta-sendo-roubado-pela-pec-241. (acessado em 03/11/2016).

FORBES. *Países que mais usam seu PIB para gastos militares*. 2015. Disponível em <http://www.forbes.com.br/listas/2015/06/12-paises-que-mais-usam-seu-pib-para-gastos-militares/>. (acesso em 20/10/2016)

GAUTHIER, Lucien. EUA: Trump eleito presidente... A crise. *POUS*, Portugal, 9 de novembro, 2016. Disponível em: <https://pous4.wordpress.com/2016/11/09/eua-trump-eleito-presidente-a-crise/>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

GARCIA, Marco Aurélio. Balanço da era FHC. *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 51, Junho, 2002.

HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid, Espanha: Editorial Akal, 2004.

HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JALIFE, Rahme. Guerras geofinancieras y guerras del Tesoro de Estados Unidos a escala global. *Red Voltaire*, 2015. Disponível em <http://www.voltairenet.org/article188027.html>.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e nacional-desenvolvimento (1946-1964). Revista *HISTEDBR On-line*. Campinas, nº 56, p. 26-45, maio 2014. Disponível em <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640432/7991>

MALANCHEN, Julia. *Cultura, conhecimento e currículo*: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

MENDES, M. J. A. Despesa Federal em Educação: 2004-2014. Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado. *Boletim Legislativo nº 26*. Brasília abril, 2015. Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 15/01/2017.

MESSINA, Graciela; PIECK, Enrique; CASTAÑEDA, Elsa. *Educación y trabajo. Lecciones desde la práctica innovadora en América Latina*. Santiago, Chile: OREAL/ UNESCO, 2008.

MÉSZÁROS, I. *O Século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PERONDI, Darcísio. Relator. Substitutivo. In: Câmara dos Deputados. *Comissão Especial - Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A*. Brasília, 2016.

PURROY, Ignacio. *El Paquete: Evaluación del programa económico El Gran Viraje*. Disponível em <http://gumilla.org/biblioteca/>, 1989.

RAMONET, Ignacio. Los mercados, un poder sin sociedade (Fragmento da entrevista realizada por Jaume Barberá). *Canal Diego Martino*, 2013. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=dd_Pdmg0e2w&t=4s.

¹ Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

² Professora da Universidad Nacional Experimental “Rafael María Baralt” (UNERMB).

³ Para obter mais informações sobre este tema, ver o ensaio “La cultura del petróleo” de Rodolfo Quintero. Revista BCV. Biblioteca del Pensamiento Económico. Caracas. 2013.

⁴ Segundo Atilio Borón (2003), (...) O fascismo aparece como uma forma historicamente determinada a partir da qual uma burguesia – encurralada por seus antagonistas domésticos e seus rivais externos – reorganiza sua hegemonia sobre as demais classes da sociedade e impõe suas novas condições de dominação a seus aliados e a seus adversários (...) Um fator específico do fascismo é o (...) “pacto de dominação selado pelas distintas frações da burguesia e algumas categorias sociais como a burocracia e as forças armadas. (...) (p.5).

⁵ O Plano da Pátria constitui o plano de governo que propusera o presidente Hugo Rafael Chávez Frías durante sua candidatura à reeleição presidencial no ano de 2012. Quando o presidente Chávez falece e assume o atual presidente Nicolás Maduro Moros, este plano é convertido em lei pela Assembleia Nacional. Em seu conteúdo se desenvolve uma proposta ecosocialista de construção do país e que consta com cinco grandes objetivos históricos que buscam o aprofundamento da democracia participativa e protagônica a fim de acelerar a transição ao socialismo.

⁶ Esta informação pode ser ampliada consultando: <http://www.correodelorinoco.gob.ve/politica/barack-obama-prorroga-decreto-que-declara-a-venezuela-amenaza-inusual-y-extraordinaria>

⁷ Sugerimos assistir ao documentário “Muito além do cidadão Kane”, que explora a fundação e a força da rede global na formação da opinião pública no Brasil. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MtQTejGeL4M>

⁸ Petróleo encontrado em águas profundas com reservas estimadas de 176 bilhões de barris de petróleo.

⁹ Operação lava-jato é uma investigação em andamento pela Justiça Federal de Curitiba Ministério Público Federal e Polícia Federal do Brasil visando a apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou de 10 a 20 bilhões de reais em propina. A operação teve início no ano de 2014.

¹⁰ A presidente afastada foi condenada sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal – as chamadas “pedaladas fiscais” no Plano Safra e os decretos que geraram gastos sem autorização do Congresso Nacional. Contudo, não houve nenhuma evidência de enriquecimento ilícito da presidenta, ou acusação de corrupção contra a mesma.

¹¹ Empresas estatais não-dependentes são pessoas jurídicas de direito privado e operam escandaloso esquema de transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado, tendo em vista que vendem, a investidores privilegiados, com desconto que pode chegar a 60%, debêntures com garantia real (dada pelos entes federados), pagando juros estratosféricos que podem ultrapassa 20% ao ano (FATORELLI, 2016, p. 3).

¹² Medida Provisória é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência, cujo prazo de vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei (www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de.../medida-provisoria).

Recebido: Fevereiro/2017.

Aprovado: Abril/2017.